

INTERSECCIONALIDADE NA SALA DE AULA: LIÇÕES DE PAULO FREIRE

INTERSECTIONALITY IN THE CLASSROOM: LESSONS FROM PAULO FREIRE

Hirlene de Oliveira e Silva **1**

Tháisa Haber Faleiros **2**

Resumo: Este trabalho acadêmico explora a interseccionalidade em diálogo com as ideias de Paulo Freire na educação. O objetivo principal é, através da pedagogia de Freire, reconhecer as complexas identidades dos alunos, incluindo gênero, raça e classe social, e como essas identidades se interconectam. A metodologia envolveu a análise teórica da interseccionalidade, bem como um estudo da vida e obra de Paulo Freire. A discussão destaca a importância de considerar as experiências únicas dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo. O diálogo entre interseccionalidade e Freire oferece fundamentos para uma prática educacional mais significativa e sensível às complexas identidades humanas, promovendo a conscientização, o diálogo e a libertação.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Paulo Freire. Educação. Identidades. Prática Pedagógica.

Abstract: This academic work explores intersectionality in dialogue with Paulo Freire's ideas in education. The main objective is, through Freire's pedagogy, to recognize the complex identities of students, including gender, race, and social class, and how these identities intersect. The methodology involved theoretical analysis of intersectionality, as well as a study of Paulo Freire's life and work. The discussion highlights the importance of considering students' unique experiences, promoting a more inclusive learning environment. The dialogue between intersectionality and Freire provides a foundation for a more meaningful and sensitive educational practice to complex human identities, promoting awareness, dialogue, and liberation.

Keywords: Intersectionality. Paulo Freire. Education. Identities. Pedagogical Practice.

-
- 1** Graduada em Letras (pela UNIPAM) e em Pedagogia pela Faculdade Intervale, especialização em Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, Pedagogia Empresarial pela Faculdade Intervale e em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade de Administração, Ciências, educação e Letras – FACEL, mestranda em Educação pela Universidade de Uberaba - Uniube no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8781229291974270> . ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6592-2582> . E-mail: hirlene.silva@educacao.mg.gov.br
 - 2** Doutora em Direito pela PUC – Minas, Mestrado em Direito pela Universidade de Franca – UNIFRAN, pós-graduada em Docência Universitária pela Universidade de Uberaba e graduada em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Atualmente é docente colaborador do Curso de Direito e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba - UNIUBE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9070276999872740>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3972-2997>. E-mail: thaisa.faleiros@uniube.br

Introdução

A educação é um campo intrinsecamente ligado à compreensão das identidades e experiências humanas e é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de indivíduos e sociedades. No entanto, ao longo da história, a educação nem sempre foi igualmente acessível e inclusiva para todos. O tema da interseccionalidade na sala de aula surge como uma resposta a essa desigualdade persistente, reconhecendo que as experiências educacionais são moldadas não apenas pela identidade de gênero, mas também por uma complexa interação de raça, classe social, orientação sexual, capacidade física e outros fatores. À medida que explora o vasto universo da aprendizagem e do ensino, a interseccionalidade surge como uma perspectiva essencial para a compreensão das complexas teias de identidades que moldam as experiências educacionais, “o processo de ensino-aprendizagem, para ser adequadamente compreendido, precisa ser analisado de tal modo que articule consistentemente as dimensões humana, técnica e político-social” (Candau, 2014, p. 14).

A interseccionalidade é um conceito que ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente no campo dos estudos de gênero e nas discussões sobre justiça social (Akotirene, 2019). Refere-se à ideia de que as identidades sociais não podem ser consideradas isoladamente, mas devem ser analisadas em relação umas às outras. Em outras palavras, uma pessoa não é apenas mulher, homem, negro, branco, pobre, rico... Ela pode ser uma combinação de várias dessas identidades, e cada uma delas contribui para sua experiência no mundo, incluindo sua experiência educacional.

Paulo Freire, renomado filósofo e educador brasileiro, enfatizou a conscientização e a libertação por meio da educação. Suas ideias revolucionárias ganham ainda mais relevância quando vistas sob a ótica interseccional, onde a conscientização se estende à compreensão das complexas identidades que moldam nossos alunos. Freire acreditava que a educação deveria capacitar as pessoas a compreenderem criticamente o mundo à sua volta e a trabalharem para a mudança social. Esses princípios se alinham de forma intrínseca com a perspectiva interseccional, que também busca promover uma compreensão crítica das complexas dinâmicas sociais que afetam as experiências individuais.

Este artigo tem como objetivo explorar como a interseccionalidade pode ser integrada na sala de aula, incorporando as lições valiosas de Paulo Freire. Ao fazê-lo, buscamos oferecer uma contribuição significativa para a educação inclusiva e equitativa, destacando a importância de considerar as múltiplas dimensões da identidade de cada aluno e reconhecendo que a educação deve ser um espaço onde todas as vozes são ouvidas e valorizadas.

O contexto atual exige uma educação que vá além da simples transmissão de informações. A interseccionalidade incentiva a reconhecer que cada indivíduo é um mosaico de identidades, incluindo gênero, raça, classe social, sexualidade e muito mais (Brasil, 1996). Estas identidades não podem ser separadas, e sua interseção cria uma experiência única de vida e aprendizado.

Ao longo deste artigo, através de uma pesquisa bibliográfica, a interseccionalidade será explorada como uma perspectiva teórica, delineando como essa abordagem reconhece e valoriza as múltiplas identidades de indivíduos. Além disso, examina a vida e obra de Paulo Freire, destacando sua pedagogia centrada na conscientização. Em seguida, estabelece um diálogo entre a interseccionalidade e as ideias de Freire, demonstrando como a aplicação da interseccionalidade na educação pode enriquecer e tornar mais relevante sua pedagogia, culminando em uma discussão sobre o impacto potencial dessa sinergia no campo da educação.

Este artigo visa contribuir para a compreensão de como a interseccionalidade pode aprimorar a prática educacional e como o legado de Paulo Freire continua a inspirar transformações educacionais significativas quando considerado sob a ótica interseccional. Este diálogo entre teoria e prática oferece perspectivas valiosas para educadores, pesquisadores e todos os envolvidos na busca de uma educação inclusiva e emancipadora em um mundo cada vez mais diversificado e complexo.

Metodologia

Neste capítulo, apresentaremos a metodologia adotada para a pesquisa, que tem como objetivo investigar a interseccionalidade na educação sob a perspectiva freiriana. Para atingir esse objetivo, optamos por uma abordagem que combina uma revisão bibliográfica crítica com a análise teórica. Segundo Gil (2008):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (Gil, 2008, p. 50).

A primeira etapa de nossa metodologia envolveu uma ampla busca e seleção de fontes bibliográficas relevantes. Utilizamos bases de dados acadêmicas, como nos repositórios acadêmicos, no site da Capes, em livros e revistas científicas para identificar trabalhos que abordam temas relacionados à interseccionalidade, pedagogia freiriana e educação. A pesquisa abrangeu um período de análise desde as obras clássicas de Paulo Freire até as contribuições mais recentes sobre interseccionalidade na educação.

Para garantir a qualidade e a relevância das fontes bibliográficas selecionadas, estabelecemos critérios de inclusão. Priorizamos trabalhos que discutiam a interseccionalidade na educação com base na perspectiva freiriana, bem como estudos que forneciam percepções significativas sobre o tema. Além disso, consideramos a autenticidade e a credibilidade das fontes, dando preferência a pesquisas publicadas em revistas científicas revisadas por pares e livros de acadêmicos renomados na área.

Com a seleção das fontes, procedemos à análise crítica da literatura. Isso envolveu a leitura atenta e a categorização dos principais conceitos, teorias e argumentos relacionados à interseccionalidade e à pedagogia freiriana na educação. Durante a análise, buscamos identificar convergências e divergências na literatura existente, a fim de construir uma compreensão sólida desses conceitos. Esta síntese fornecerá uma compreensão abrangente das conexões entre a interseccionalidade e a pedagogia freiriana na educação, orientando nossa discussão sobre implicações e recomendações. A partir desse estudo fundamentaremos a pesquisa recorrendo às contribuições teóricas de Akotirene (2019), Crenshaw (2002), Collins, Bilge (2021) e Freire (2001; 2015; 2017; 2019; 2020; 2021).

Interseccionalidade: uma perspectiva teórica

A interseccionalidade é um conceito intrincado e profundo que desafia as abordagens simplistas das identidades sociais. No cerne desse conceito, está o entendimento de que as pessoas não podem ser reduzidas a uma única identidade. Em vez disso, cada indivíduo carrega uma multiplicidade de identidades que interagem e se entrelaçam, moldando suas experiências no mundo.

Para compreender a interseccionalidade, é essencial reconhecer que as identidades não são independentes umas das outras. Por exemplo, uma pessoa negra não vivencia a discriminação racial de maneira isolada. Sua experiência é moldada pela interação de sua raça com outros fatores, como gênero, classe social, orientação sexual e deficiência, se aplicável. Essas identidades não são somadas, mas sim combinadas de maneira complexa (Akotirene, 2019).

Apesar de ser uma temática a muito estudada, o termo foi usado pela primeira vez pela defensora dos direitos civis norte-americana, Crenshaw (2002) para destacar como as políticas e a lei frequentemente falhavam em reconhecer e abordar a discriminação que ocorria na interseção de raça e gênero, ficando conhecida como a fundadora da Teoria Interseccional. Segundo ela, a teoria interseccional tem como objetivo estudar as identidades sociais sobrepostas ou interseccionadas principalmente das classes mais oprimidas.

Crenshaw conceitua a interseccionalidade como

(...) uma conceituação de um problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Segundo a autora, a interseccionalidade deve considerar para estudos os eixos raça, identidade de gênero, sexualidade, classe social, idade, deficiência, territorialidade ou localização geográfica. Para compreender o que é, é essencial reconhecer que as identidades não são independentes umas das outras. Por exemplo, uma pessoa negra não vivencia a discriminação racial de maneira isolada. Sua experiência é moldada pela interação de sua raça com outros fatores, como gênero, classe social, orientação sexual e deficiência, se aplicável. Essas identidades não são somadas, mas sim combinadas de maneira complexa.

Já segundo Collins e Bilge (2021, p. 117)

(...) as narrativas predominantes sobre o surgimento da interseccionalidade costumam dizer que Kimberlé Crenshaw “cunhou” o termo “interseccionalidade” no artigo “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color” [Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra as mulheres de cor], publicado em 1991 na Stanford Law Review.

Ela, como perspectiva teórica, desempenha um papel fundamental na compreensão das complexas identidades que moldam as experiências humanas. Originada nos estudos críticos de gênero e raça, essa abordagem expandiu-se para abranger diversas dimensões da identidade, como classe social, orientação sexual, religião, deficiência e outras. No cerne dela está o reconhecimento de que as identidades não podem ser analisadas de forma isolada; em vez disso, elas se interconectam e se influenciam mutuamente. Segundo Collins e Bilge (2021)

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

As autoras também reconhecem que as identidades individuais são moldadas por uma variedade de fatores interligados

O vasto corpo de estudos no interior da interseccionalidade, envolvendo o tema das identidades individuais como interseccionais e performativas, mudou o significado de identidade de algo que se tem para algo que se constrói. Em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos sociais são moldados pelas relações de poder interseccionais (Collins; Bilge, 2021, p. 211).

Uma das suas principais contribuições é sua capacidade de revelar as disparidades invisíveis. Ela nos ajuda a enxergar como as políticas, práticas e estruturas sociais afetam de forma desproporcional aqueles que possuem múltiplas identidades marginalizadas. Isso é fundamental na educação, onde as experiências dos alunos são moldadas por uma série de fatores interconectados. Essa abordagem considera como as estruturas sociais e culturais perpetuam a desigualdade, criando experiências únicas para diferentes grupos de pessoas (Collins; Bilge, 2021).

Na educação, ela é considerada uma lente valiosa para analisar as disparidades de aprendizado e para criar ambientes inclusivos. Ela nos lembra que os alunos trazem consigo uma diversidade de identidades, experiências e perspectivas que precisam ser reconhecidas e valorizadas. Isso implica não apenas em abordar questões de gênero, raça e classe, mas também em considerar como outras identidades, como orientação sexual e deficiência, impactam a experiência educacional.

Quando se trata de desigualdade social, a educação dialógica também pode ajudar na reflexão sobre alguns dos desafios que a interseccionalidade enfrenta em termos de metodologia. Em vez de subestimá-las ou eliminá-las, a metodologia interseccional exige que as diferenças dentro das distintas tradições políticas e acadêmicas de raça, classe, gênero, sexualidade, capacidade, nacionalidade, etnia, colonialismo, religião e status de imigração sejam negociadas. Essa metodologia dialógica não admite nenhuma conexão pré-formatada entre elas. O objetivo é fazer essas conexões em contextos sociais específicos. Consequentemente, a heurística da interseccionalidade é um ponto de partida para a construção de solidariedades intelectuais entre formações acadêmicas distintas, mas inter-relacionadas (Collins, Belgi, 2018, p. 245).

A aplicação do termo na educação pode se manifestar de diversas formas, desde a revisão dos currículos para garantir que diferentes vozes e experiências sejam representadas até a implementação de políticas que promovam a equidade e a inclusão. É uma ferramenta poderosa para identificar e combater preconceitos e discriminações sutis que podem passar despercebidos em abordagens mais simplistas.

Como perspectiva teórica, nos desafia a ir além de rótulos e categorizações simplistas, reconhecendo a riqueza das experiências humanas. Essa abordagem, quando aplicada à educação, amplia nossa compreensão das complexas identidades dos alunos e nos capacita a criar ambientes de aprendizado mais justos e inclusivos. Na próxima seção deste artigo, explorará como a pedagogia de Paulo Freire pode ser enriquecida por essa perspectiva interseccional e ao compreender essa teoria, examinaremos como ela pode ser aplicada eficazmente na sala de aula, com base nos princípios pedagógicos de Freire, a fim de criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Paulo Freire e sua contribuição para a educação

Paulo Freire, um dos educadores e filósofos mais influentes do século XX, deixou um legado marcante na pedagogia e na compreensão da educação como instrumento de emancipação. É amplamente reconhecido por sua contribuição à pedagogia crítica e libertadora. Sua abordagem revolucionária da educação transcendeu fronteiras e influenciou práticas pedagógicas em todo o mundo. Sua jornada intelectual e prática é uma fonte inesgotável de inspiração para educadores em todo o mundo.

Freire, nascido no Brasil em 1921, testemunhou as profundas desigualdades sociais e econômicas que permeavam seu país e muitas outras nações em desenvolvimento. Essa experiência moldou sua abordagem educacional única.

Uma das pedras angulares da filosofia de Freire é a ideia da educação como um ato de conscientização.

A educação pode capacitar as pessoas para enfrentar sistemas opressores, questionar o quo existente e contribuir ativamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa quando está enraizada na conscientização e inspirada pela indignação (Freire, 2017, p. 17).

A pedagogia de Freire é enraizada na crença fundamental de que a educação deve ser um ato libertador. Ele argumentava que a educação tradicional muitas vezes reproduzia estruturas de poder opressivas, onde os alunos eram vistos como receptáculos passivos de conhecimento. Ele acreditava que a educação deve ir além da mera transferência de conhecimento; ela deve capacitar as pessoas a compreenderem criticamente o mundo ao seu redor e, em última análise, a transformá-lo.

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando-educador. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade”, já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (Freire, 2017, p. 78-79).

Freire (2019) enfatizava a importância de envolver os alunos ativamente na aprendizagem, tornando-os sujeitos ativos e não meros objetos passivos de ensino.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros (Freire, 2019, p.42).

Outro aspecto essencial da pedagogia freiriana é o diálogo. Freire (1980) via a educação como um processo dialógico, no qual professores e alunos aprendem juntos. Ele acreditava que o diálogo era a chave para a criação de uma educação autêntica, na qual as vozes e experiências de todos os envolvidos são valorizadas. A pedagogia de Freire (1980) é um convite à ação, ao diálogo e à conscientização.

E o que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (...) Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo (Freire, 1980, p. 115).

Como vimos, para Freire um dos pilares centrais da sua pedagogia é a ideia de diálogo. Freire acreditava que a educação autêntica só poderia ocorrer quando alunos e professores se engajavam em um diálogo crítico e colaborativo. Ele via o ato de ensinar e aprender como uma troca mútua de conhecimento, onde ambas as partes são agentes ativos na construção do saber.

A conscientização, ou “conscientização crítica”, é outro conceito-chave de Freire. Para ele a educação deve capacitar os alunos a questionar criticamente o mundo à sua volta, incluindo as estruturas de poder e as injustiças sociais. Essa conscientização é o primeiro passo para a transformação social, à medida que os alunos se tornam mais conscientes das desigualdades e se engajam na busca da justiça.

É por isso que o educador progressista, capaz e sério, não apenas deve ensinar muito bem sua disciplina, mas desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é uma presença (Freire, 2015b, p. 22).

A pedagogia de Freire também estava profundamente enraizada na ideia de libertação (Freire, 2017). Ele argumentava que a educação deveria ser um meio de libertar as pessoas da opressão, capacitando-as a entender e desafiar as estruturas de poder que as mantêm subjugadas. Essa abordagem foi especialmente relevante em contextos de desigualdade social e política, nos quais Freire trabalhou extensivamente.

Aqui, verificamos como a pedagogia de Freire se conecta à interseccionalidade. A interseccionalidade também exige uma conscientização crítica das complexas interações entre identidades sociais e sistemas de poder. Ambas as abordagens reconhecem a importância de desafiar as estruturas opressivas e de empoderar os indivíduos a serem agentes de mudança.

Diálogo entre interseccionalidade e Paulo Freire

O diálogo entre a interseccionalidade e as ideias de Paulo Freire oferece uma perspectiva rica e enriquecedora para o campo da educação. Ambas as abordagens compartilham um compromisso fundamental com a justiça social e a transformação. Ao unir esses dois elementos, podemos criar um terreno fértil para práticas pedagógicas que reconheçam e respondam às complexas identidades dos alunos.

Paulo Freire sempre enfatizou a importância de começar o processo educacional com a compreensão das realidades vividas pelos alunos.

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto a face da tarefa que tenho- a de ensinar e não transferir conhecimento (Freire, 2021a, p. 47).

A interseccionalidade se alinha perfeitamente a essa abordagem, pois nos incentiva a explorar as identidades interligadas que moldam essas realidades. Por exemplo, ao analisar questões de gênero em sala de aula, a perspectiva interseccional nos lembra que as experiências de homens e mulheres podem variar significativamente com base em outros fatores, como raça e classe social.

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não pode dar. Se discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destrutável ou desprezível (Freire, 2019, p. 136).

Ao aplica-la na pedagogia freiriana, destacamos a importância de considerar não apenas

a opressão estrutural, mas também como essa opressão pode ser vivenciada de forma única por diferentes grupos de alunos. Essa abordagem reconhece que, em um contexto de sala de aula diversificada, a experiência da opressão pode variar significativamente com base nas múltiplas identidades dos alunos.

Nenhuma pedagogia que seja verdadeiramente libertadora pode permanecer distante do oprimido, tratando-os como infelizes e apresentando-os aos seus modelos de emulação entre os opressores. Os oprimidos devem ser o seu próprio exemplo na luta pela sua redenção (Freire, 2017, p. 26).

O diálogo entre essas duas perspectivas também nos desafia a repensar nossas estratégias pedagógicas. Por exemplo, ao considerar as identidades interseccionais dos alunos, podemos adaptar o currículo e as atividades de sala de aula para serem mais inclusivos e sensíveis à diversidade. Isso não apenas torna a educação mais justa, mas também enriquece o processo de aprendizado, uma vez que diferentes perspectivas são valorizadas e compartilhadas, “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2017, p. 47).

Freire defendia que os educadores e os educandos deveriam desenvolver uma consciência crítica sobre sua própria realidade. Nesse contexto, a interseccionalidade se torna relevante, pois envolve reconhecer como as diversas identidades, como gênero, raça, classe social, sexualidade e outras, moldam a experiência de cada indivíduo e influenciam as dinâmicas de poder.

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere e alerta faz parte integrante do fenômeno vital [...] Como manifestação presente a experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativa-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil [...] (Freire, 2019, p. 18).

Paulo Freire via a educação como um meio de transformar a sociedade e combater a opressão. A interseccionalidade se alinha com essa visão, uma vez que reconhece que a luta contra a opressão deve ser abrangente e considerar todas as dimensões das identidades das pessoas.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem, sentirá melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, melhor que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta, que pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da generosidade (Freire, 2017, p. 17).

No entanto, é importante reconhecer que, embora haja uma sinergia valiosa entre a interseccionalidade e a pedagogia de Freire, também existem desafios a serem superados. Por exemplo, a implementação eficaz dessas abordagens requer tempo, recursos e formação adequada para os educadores. Além disso, é fundamental garantir que a aplicação da interseccionalidade na pedagogia de Freire seja genuína e não se torne uma mera adição superficial

Integrando a interseccionalidade na sala de aula

A práxis, porém, é reflexão a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a simultaneamente atuam sobre ela. Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um “tratamento” humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua “promoção”. Os oprimidos não de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção (Freire, 2017, p. 38).

A interseccionalidade oferece uma lente crítica poderosa para examinar as complexas interações entre as identidades sociais e as experiências individuais. Uma abordagem teórica fundamental para incorporá-la em sala de aula é a análise interseccional em si. Isso envolve a exploração das múltiplas dimensões da identidade de um aluno e como elas se entrelaçam.

A escola é a instituição, por excelência, da diversidade. Ou deveria ser. Falamos de diversidade pela constatação de que no espaço escolar encontram-se cores, raças, etnias, pessoas com orientações sexuais diversas, de matrizes religiosas diversas, de origens, nacionalidades e condições físicas também diversas. Diversidade muito mais cultural do que socioeconômica, decerto, se nos referirmos à convivência em espaços coletivamente compartilhados. O fato é que existe no ambiente escolar contemporâneo uma heterogeneidade social que reflete a própria configuração social atual em que praticamente inexistem a homogeneidade que houvera em outras sociedades, tal como a sociedade industrial, em que as classes sociais ocupavam posições bem definidas (Bley, 2017, p. 113-114).

Os educadores podem usar essa análise para entender as experiências únicas de cada aluno e adaptar suas práticas pedagógicas.

A teoria crítica da raça também desempenha um papel crucial. Ela se concentra nas formas como as estruturas de poder racial moldam a sociedade e, conseqüentemente, a educação. Ao integrar essa teoria na sala de aula, os educadores podem abordar questões relacionadas à raça de forma crítica, promovendo a conscientização sobre as disparidades raciais e a importância da justiça racial (Ferreira, 2014). Ao fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, e ao acolher e valorizar a diversidade de indivíduos e grupos sociais, reconhecendo suas culturas e potencialidades, a teoria crítica da raça propõe uma abordagem inclusiva e antirracista na educação. Esses princípios, aliados à análise crítica das estruturas de poder racial, são essenciais para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade é valorizada e os preconceitos são combatidos ativamente, como podemos ver em Brasil (2018):

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p. 10).

Outra abordagem teórica importante é a teoria de gênero e sexualidade. Essa teoria examina como as normas de gênero e sexualidade afetam as experiências das pessoas. “Quando temos de encarar esses temas em nossa posição de educadoras ou educadores, as coisas parecem se complicar” (Louro, 2011, p. 2), mas ao incorporar essa perspectiva na educação, os educadores

podem criar um ambiente que seja acolhedor e inclusivo para estudantes de diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e, também, desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la (Louro, 2008, p. 23).

Além disso, as teorias feministas e de justiça social são cruciais para a integração da interseccionalidade na sala de aula. Elas destacam a importância de desafiar as hierarquias de poder e trabalhar para a equidade. Ao aplicar essas teorias, os educadores podem promover uma cultura de igualdade e justiça em suas salas de aula.

Conclusão

À medida que exploramos a interseccionalidade na sala de aula à luz das lições de Paulo Freire, torna-se evidente que essa abordagem oferece um caminho promissor para a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que o uso dela em sala de aula, não é apenas uma teoria abstrata, mas uma ferramenta prática e importante para educadores. Ao reconhecer a multiplicidade das identidades dos alunos e a complexidade das estruturas de poder que as afetam, os educadores podem adaptar suas abordagens de ensino para atender às necessidades individuais e promover um ambiente de aprendizado inclusivo.

Além disso, ela destaca a importância de abordar questões sociais em sala de aula. Ela oferece uma oportunidade para os alunos não apenas aprenderem sobre as desigualdades, mas também se engajarem na construção de um mundo mais justo. Isso alinha-se perfeitamente com a visão de Paulo Freire de uma educação que capacita os alunos a serem agentes de mudança social.

Um dos principais benefícios da sua integração é a promoção da empatia e da compreensão mútua entre os alunos. Ao explorar as experiências de seus colegas sob diferentes prismas, os alunos podem desenvolver uma apreciação mais profunda das complexidades da diversidade humana.

No entanto, não podemos ignorar os desafios que enfrentamos ao implementar essa abordagem. A resistência à mudança, a falta de recursos e as considerações éticas são questões que precisam ser abordadas com cuidado. É fundamental investir na formação de educadores e na criação de ambientes de aprendizado que sejam acolhedores para todos.

Em termos de pesquisa futura, há um campo vasto para explorar as melhores práticas na sua integração em sala de aula. Estudos de caso, avaliações de impacto e pesquisas qualitativas podem ajudar a aprofundar nossa compreensão dessa abordagem e suas implicações para a educação.

A interseccionalidade na sala de aula, à luz das lições de Paulo Freire, representa uma abordagem promissora para a promoção da justiça social e da inclusão na educação. Compreender as complexas interações entre as identidades dos alunos e as estruturas de poder é essencial para a criação de um ambiente de aprendizado que capacita a todos. À medida que avançamos, é imperativo que continuemos a explorar e aprimorar essas práticas para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação verdadeiramente equitativa.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BLEY, Regina de Cássia Bergamaschi. **A igualdade e a diferença na escola na contemporaneidade**.

Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5053435. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 06 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CANAU, Vera Maria. A didática e a formação de educadores - da exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANAU, V. M. (org.). **A didática em questão**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 13-24. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/725>. Acesso em: 03 ago. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021

CRENSHAW, Kimberlé. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. Trad. Liane Schneider. **Estudos Feministas**, ano 10, n.1: p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPNjZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2023

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: Cruzamento: raça e gênero. Texto de palestra proferida na UNIFEM. **VV.AA**. Brasília: Unifem, 2004, p. 7-16.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria Racial Crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul./out. 2014.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**. v.15, n.42, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a13.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. 52. ed. São Paulo: Cortez, 2021a.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021b

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-posições**. v. 19, n.2(56), p. 17-23. 2008

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência**: diversidade, gênero e sexualidade. Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação Docente. Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70. 2011.

Recebido em 20 de setembro de 2023.

Aceito em 30 de outubro de 2023.